



CHAMAMENTO PÚBLICO 006/2016
Protocolo nº 2016.00.999.822

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROCURA DE IMÓVEL PARA LOCAÇÃO

O PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, CNPJ 27.476.100/0001- 45, sediado na Rua Des. Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29.050-906, fone (27) 3334-2000 e site www.tjes.jus.br, torna público o presente edital de **procura de imóvel urbano para locação destinado à acomodação de arquivos dos Fóruns da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Corregedoria Geral de Justiça e do Tribunal de Justiça)**.

ANEXOS:

- I. Projeto Básico;
- II. Dados complementares para emissão do contrato;
- III. Relação dos documentos a serem entregues para celebração do contrato;
- IV. Declaração de Não-Parentesco.

1. REQUISITOS DO IMÓVEL

O imóvel deverá estar em boas condições de uso, podendo ser imóvel comercial ou galpão, e apresentar as seguintes características:

1.1. ÁREA MÍNIMA:

- Área útil mínima de **8.000 m² (oito mil metros quadrados)**;
- A área útil mínima poderá estar contida em 01 (um) galpão ou conjunto de galpões desde que os mesmos estejam dentro da mesma área.

1.2. LOCALIZAÇÃO:

- Situar-se na Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana e Serra/ES).

1.3. INSTALAÇÕES MÍNIMAS:

- O imóvel deverá ser provido de iluminação;
- O imóvel deverá ter uma área exclusiva para parte administrativa, considerando um efetivo permanente de 12 (doze) servidores;
- Vaga de caminhão - 1 (uma) vaga;
- Vagas para veículos - 8 (oito) vagas, sendo elas demarcadas da seguinte forma: 4 (quatro) para servidores, 1 (um) para deficientes, 1 (um) para idoso, 1 (um) para carro oficial e 1 (um) para carro dos correios;
- Conjunto de banheiros: Masculino, Feminino e Acessível;
- Área de serviço e copa;

1.4. CARACTERÍSTICAS NECESSÁRIAS:

- Andar térreo;
- Acesso privativo ao imóvel, sem ligação com outros imóveis que porventura estejam localizados no mesmo terreno;
- Boas condições de conservação;
- Sem risco de alagamento;
- Apresentar requisitos que garantam proteção contra incêndio, inundações, umidade, excesso de luz solar e poluição atmosférica;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATATAÇÃO**

- Desocupado ou com possibilidade de pronta ocupação no ato da assinatura do contrato.
- Possuir instalações de lógica e elétrica, considerando 02 (dois) pontos de cada instalação por servidor;
- Área administrativa devidamente climatizada, ou seja, com aparelhos de ar condicionado instalados e em perfeito funcionamento;

2. VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência contratual inicia-se no 1º dia útil subsequente à publicação do extrato do contrato e extingue-se no prazo de **60 (sessenta) meses**, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, através de Termos Aditivos, por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

Constitui motivo de rescisão contratual a incidência do art. 9º da Lei 8.245/91 bem como dos arts. 78,79 e 80 da Lei 8.666/93.

3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A Proposta deverá ter validade mínima de **60 (sessenta) dias** e, além do valor locativo mensal em moeda corrente nacional, deverá informar o valor de condomínio, se for o caso.

Junto da proposta, deverá ser entregue a seguinte documentação para efeito de habilitação prévia:

- a) planta baixa do imóvel;
- b) Declaração de não parentesco conforme modelo do **Anexo IV**.

4. LOCAL DE ENTREGA DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas no Protocolo Geral do Tribunal de Justiça, localizado na Rua Desembargador Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, CEP: 29050-906, e endereçadas à Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

5. OBSERVAÇÕES

- 5.1. Este edital não gera compromisso de locação;
- 5.2. O prazo limite para recebimento das propostas é de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da Justiça e em Jornal de Grande Circulação no Estado. Este edital também ficará exposto no átrio do Fórum.
- 5.3. A íntegra do Projeto Básico, na qual constam todas as condições da contratação, encontra-se em anexo;
- 5.4. Mais informações poderão ser obtidas através do telefone (27) 3145-4000.

Vitória, 24 de agosto de 2016

Aline Carolino Santos Davel
Secretário Geral em exercício



ANEXO I - PROJETO BÁSICO

1. UNIDADE REQUISITANTE

O presente Projeto Básico é de responsabilidade e elaboração da Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo em atenção às solicitações do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

2. OBJETO

Locação de imóvel urbano para acomodação de arquivos dos Fóruns da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Corregedoria e do Tribunal de Justiça).

3. OBJETIVO

Disponibilizar ao Tribunal de Justiça área para destinação dos Arquivos dos Fóruns de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Corregedoria e do Tribunal de Justiça).

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade do Arquivo Geral situado em imóvel próprio a Rua Gilson Mendonça, e, Gurigica, ser totalmente esvaziado para passar por uma reforma para sua regularização e utilização. Informamos que ao esvaziar este galpão, não temos local para levar o acervo.

Em continuidade, informamos que neste local abrigamos o Arquivo do Fórum de Vitória e do Tribunal de Justiça com mais 02 (dois) galpões alugados ao lado.

Importante salientar que temos problemas para gerir no que diz respeito aos arquivos devido a grande quantidade de processos arquivados nas Comarcas da Grande Vitória.

Considerando ainda que temos contrato com a Guarda de Documentos do Fórum de Vila Velha, imóvel alugado para o Arquivo de Cariacica, os imóveis do Fórum da Serra estarem abarrotados de processos necessitando de aluguel de outro imóvel, bem como cartórios com muitas de caixas de processos.

Considerando a necessidade de se unificar os arquivos da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Corregedoria e do Tribunal de Justiça) em um único local o que facilitaria o acesso aos arquivos e nos traria uma economia de imóveis e facilitaria a questão da deficiência de funcionários para atuarem nos mesmos.

Dessa forma, observamos que a solução mais célere para permitir tal reforma e posterior regularização de todas as questões acima mencionadas, será a locação de imóvel, a fim de receber todo o Arquivo dos Fóruns de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Corregedoria e do Tribunal de Justiça.

5. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

Trata-se de locação de imóvel para abrigar o Arquivo dos Fóruns de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Corregedoria e do Tribunal de Justiça. Para tanto, o imóvel deverá estar em boas condições de uso, podendo ser imóvel comercial ou galpão, e apresentar as seguintes características:

2. ÁREA MÍNIMA:

- Área útil mínima de 8.000 m² (oito mil metros quadrados);
- A área útil mínima poderá estar contida em 01(um) galpão ou conjunto de galpões desde que os mesmos estejam dentro da mesma área.

3. LOCALIZAÇÃO:

- Situar-se na Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana e Serra – ES).

4. INSTALAÇÕES MÍNIMAS:

- O imóvel deverá ser provido de iluminação.
- O imóvel deverá ter uma área exclusiva para parte administrativa considerando um efetivo permanente de 12 (doze) servidores;
- Vaga para caminhão – 1 vaga;
- Vagas para veículos – 8 (oito) vagas sendo elas demarcadas da seguinte maneira: 4(quatro) para servidores, 1(um) para deficientes, 1(um) para idoso, 1(um) para carro oficial e 1(um) para carro dos correios;
- Conjunto de banheiros Masculino, Feminino e Acessível;
- Área de serviço e Copa.

5. CARACTERÍSTICAS NECESSÁRIAS:

- Andar térreo;
- Acesso privativo ao imóvel, sem ligação com outros imóveis que porventura estejam localizados no mesmo terreno;
- Boas condições de conservação;
- Sem risco de alagamento;
- Apresentar requisitos que garanta proteção contra incêndio, inundações, umidade, excesso de luz solar e poluição atmosférica;
- Desocupado ou com possibilidade de pronta ocupação no ato da assinatura do contrato.
- Possuir instalações de lógica e elétrica, considerando 02 (pontos) de cada instalação por servidor;
- Área administrativa devidamente climatizada, ou seja, com aparelhos de ar condicionado instalados e em perfeito funcionamento;

6. QUANTIDADE

Trata-se da locação de 01 (um) galpão ou conjunto de galpões desde que os mesmos estejam dentro da mesma área.

7. JUSTIFICATIVA PARA A QUANTIDADE SOLICITADA



As quantidades apresentadas estão de acordo com as necessidades apresentadas pelo Coordenador de Gestão da Informação Documental às fls. 03.

8. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

Será necessária a realização de vistoria prévia para elaboração de laudo de avaliação do imóvel, contendo a descrição completa do imóvel, melhoramentos existentes e valor mensal avaliado para a locação, pela Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos.

9. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência contratual inicia-se no 1º dia útil subsequente à publicação do extrato do contrato e extingue-se no prazo de **60 (sessenta) meses**, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, através de Termos Aditivos, por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

9.2. PAGAMENTO

O LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR, mensalmente, a importância devida, mediante depósito em favor do LOCADOR, em conta corrente informada pelo mesmo, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, ficando o LOCADOR obrigado a apresentar recibo de quitação do aluguel mensal ao preposto do locatário, discriminando a importância mensal recebida.

9.3. BENFEITORIAS NO IMÓVEL

Conforme estabelecido no art. 23, da Lei 8.245/91, o Tribunal de Justiça se obriga a restituir o imóvel às condições originais do contrato de locação e a solicitar previamente ao PROPRIETÁRIO autorização formal para execução de obras de reforma que julgar necessárias no imóvel para uma boa utilização do mesmo para os fins estabelecidos neste Projeto Básico.

9.4. REAJUSTAMENTO

O contrato poderá ser reajustado anualmente de acordo com o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor).

10. DEVERES DO LOCADOR E DO LOCATÁRIO

10.1. OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

O LOCADOR obriga-se a cumprir fielmente o estipulado neste Projeto Básico e na sua proposta, e em especial:

- I. O imóvel, objeto do presente Projeto Básico, deverá estar com toda a documentação pertinente correta e regularizada, livre e desembaraçado de quaisquer ônus e em condições de ser imediatamente comercializado ou locado;



- II. O imóvel, objeto do presente Projeto Básico, deverá estar em plenas condições de uso, sem qualquer defeito;
- III. Caso o imóvel apresente problemas de qualquer natureza, seja hidráulico, elétrico, no telhado, entre outros, interferindo em sua utilização habitual pelas ações que ali serão desenvolvidas, deverá ser promovido o imediato conserto que correrá às expensas exclusivas do locador;
- IV. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos referente ao imóvel locado;
- V. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo LOCATÁRIO a respeito do imóvel, sempre que for necessário;
- VI. Encaminhar qualquer solicitação por intermédio do gestor do Contrato;
- VII. Facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitos pelos engenheiros e técnicos da Secretaria de Engenharia;
- VIII. O LOCATÁRIO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo LOCADOR com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato desta;
- IX. O LOCADOR não divulgará nem fornecerá dados ou informações obtidos em razão deste contrato, e não utilizará o nome do Tribunal para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia, emitida oficialmente pelo LOCATÁRIO.
- X. O LOCADOR deverá cumprir todos os termos deste Projeto Básico, bem como todos os termos do instrumento convocatório e do contrato assinado.
- XI. O LOCADOR deverá manter durante toda a vigência do contrato, as condições que ensejaram sua contratação, apresentando comprovantes e certidões que atestem estas condições sempre que solicitado pelo LOCATÁRIO.
- XII. Entregar ao locatário o imóvel objeto deste Projeto Básico em estado de servir ao uso a que se destina, com todas as taxas e impostos quitados até a data do início da locação;
- XIII. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores a locação;
- XIV. Fornecer ao locatário, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;
- XV. Pagar pontualmente os encargos do Imposto Territorial e Predial Urbano – IPTU;
- XVI. Contratar, sem ônus para o locatário, seguro de incêndio, raio e explosão para o imóvel objeto deste contrato.

10.2. OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

O LOCATÁRIO obriga-se a cumprir fielmente o estipulado neste Projeto Básico e em especial:

- I. Designar o gestor do contrato;
- II. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Projeto Básico;
- III. Informar ao LOCADOR nome e telefone do gestor do Contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;
- IV. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos serviços;
- V. Controlar, acompanhar e fiscalizar toda a execução dos serviços;
- VI. Esclarecer toda e qualquer dúvida arguida pelo LOCADOR.
- VII. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte do LOCADOR;
- VIII. Efetuar o pagamento mensal ao Locador, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos em Contrato;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

- IX. Realizar imediatamente reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados pelos prepostos do Locatário;
- X. Pagar pontualmente as contas referentes à energia elétrica, água e esgoto durante o período da locação;
- XI. Pagar pontualmente as despesas ordinárias do condomínio, se houver, tais como, taxas, seguro obrigatório, consumo de água, energia elétrica e limpeza;
- XII. Não modificar a forma externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR.

11. GARANTIA DO OBJETO

Não se aplica.

12. PRAZO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Não se aplica.

13. DESCREVER O PROJETO PREVISTO NA LOA

Ação Orçamentária: 039010206106146.030 – Manutenção das Atividades Judiciais

Elemento de despesa: 3.3.90.36.15 – Pessoa Física

14. GESTORES DO CONTRATO

A Gestão do Contrato ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária, que deverá indicar os gestores.

Vitória, 13 de Julho de 2016.

Rafael Cani Ferreira
Coordenador de Fiscalização de Obras

Wagner de Oliveira Marques
Secretário de Engenharia, Gestão Predial e
Manutenção de Equipamentos

VALIDO O REFERIDO DOCUMENTO, conforme disposto no item 1.3.1 da Norma de Procedimentos NP 01.01 – Licitação



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II – DADOS COMPLEMENTARES PARA EMISSÃO DO CONTRATO

Nome completo do(s) Locador(es) / Razão Social: _____

Endereço residencial/comercial: _____

Identidade(s) nº / CNPJ nº : _____

CPF(s) Nº: _____

Dados Bancários para depósito do valor de locação: _____



ANEXO III - Relação dos documentos a serem entregues para celebração do contrato

- a) Cópia autenticada da escritura e/ou registro;
- b) Habite-se;
- c) Contrato social ou estatuto, se for pessoa jurídica locadora; ou Documento de Identidade, se pessoa física.
- d) Procuração se for o caso;
- e) Certidão original ou cópia autenticada de ações reais e pessoais reipersecutórias;
- f) Certidão original ou cópia autenticada de ônus reais expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, dentro do prazo de validade;
- g) Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- h) Comprovante de inscrição fiscal junto ao CNPJ/MF, se pessoa jurídica ou equiparada; ou Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF
- i) Certidão de regularidade fiscal e econômico-financeira, no que couber, :
 - Municipal;
 - Estadual; e
 - Federal;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO IV - Declaração de Não-Parentesco

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº: ____/2016

LOCAL E DATA: _____, _____ de _____ de **2016**

Ao
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RUA DES. HOMERO MAFRA nº 60
VITÓRIA - ES

Para pessoa física:

Declaro não possuir parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, e também não ser cônjuge ou companheiro de servidor nomeado/investido em cargos de direção, assessoramento ou função gratificada do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Para pessoa jurídica:

Declaramos que esta licitante não possui em seu quadro de pessoal, nem virá a contratar, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TJES.

Atenciosamente,

Assinatura do Locador ou Representante Legal